

FOLHA INFORMATIVA

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com



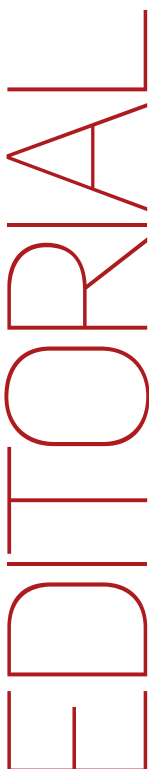
ASSOCIAÇÃO
**CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO**



Nº 42 . MARÇO . 2026

DEFENDER A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

O General Francisco Costa Gomes teve a a firmeza revolucionária de resistir aos que não queriam que ele promulgasse a nova Constituição da República Portuguesa, mas quis ir à Assembleia da República assinar essa Lei fundamental da nossa vida que, tantos anos depois, ainda incomoda e desespera os saudosos do fascismo de Salazar e Caetano.



DEFENDER A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Foi no dia 2 de Abril de 1976. Cinquenta anos depois e sete revisões passadas, ela aí está, ao lado dos explorados e ofendidos todos os dias, dos que fizeram e continuam a fazer a Revolução do 25 de Abril, dos que resistem à destruição do Serviço Nacional de Saúde, ao esvaziamento das escolas, aos ataques à democracia e à liberdade de sermos portugueses à procura do país novo que ela consagra, abrindo sempre perspectivas para o futuro.

O General Francisco Costa Gomes, Presidente da República, aí está na nossa memória e nestes tempos de resistência e de luta. Foi exemplar na defesa da revolução, no golpe spinoquista de 11 de Março de 1975, na relação intensa com os governos do General Vasco Gonçalves, nas nacionalizações e outras conquistas do povo trabalhador.

Foi decisivo para impedir os ataques assassinos que estavam preparados no golpe de 25 de Novembro de 1975 e não aconteceram. Sobre esse dia, nunca saberemos ao certo o que ele queria dizer ao país quando pediu que fosse a Belém um carro da Radiotelevisão Portuguesa. A chamada "Comuna de Lisboa" lá ficou nas ambições e traição aos paraquedistas, nos golpes que se sucederam em quartéis nas regiões militares e outros lugares onde já imperava o retrocesso, as ambições dos velhos do regime fascista e outros traidores bem conhecidos.

Francisco Costa Gomes foi um dos grandes obreiros da Revolução Portuguesa, a quem prestamos homenagem nesta data e que tem de ser reconhecido como um grande militar de Portugal, ao lado do General Vasco Gonçalves.

Modesto Navarro

Vogal da Direcção

Para melhor podermos comunicar com os nossos associados, solicitamos àqueles que ainda o não fizeram, que nos enviem o seu e-mail para **acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt**

O vosso contributo financeiro é indispensável para a actividade da Associação!

Apelamo-vos, por isso, que paguem a vossa quota! Podem fazê-lo por transferência bancária para o **IBAN PT50 0035 2178 0002 9245 6304 6** ou por depósito para a conta da **Caixa geral de Depósitos:**

2178 0292 4563 0. Sugere-se a visita ao site

www.conquistasdarevolucao.pt e ao blogue da Associação

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com onde são publicados os comunicados e anunciadas as iniciativas da Associação.

EDIÇÃO:

Associação Conquistas da Revolução

COORDENAÇÃO:

Modesto Navarro

E-MAIL:

acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt

DEPÓSITO LEGAL:

360191/13

NOTA INTRODUTÓRIA

Caros associados,

Encerrámos um ciclo eleitoral que configurou o ascenso das forças anti Abril na Assembleia da República em posição de determinar o desfecho de um processo de revisão constitucional. São forças que tudo farão para subverter a conquista das conquistas da Revolução, a Constituição da República Portuguesa. Há até quem tenha a ousadia de propor uma revisão do texto constitucional que configura um golpe constitucional. São vontades e objetivos que o povo português já derrotou em várias ocasiões da nossa contemporaneidade. Unam-se nesse objetivo os deputados democratas acolhendo o pulsar da esmagadora maioria dos cidadãos e as forças anti Abril serão derrotadas. Os resultados das eleições para a Presidência da República são disso demonstrativos.



Jorge Aires

*Presidente
da Direcção da ACR*

Pela importância de que se reveste a defesa da Constituição e a exigência do seu cumprimento sem desvirtuamento, entendeu a ACR empenhar-se com paciência e determinação para, juntamente com outras organizações e cidadãos, promover a 2 de abril a comemoração dos 50 anos da promulgação da Constituição. Colocámos os recursos da ACR ao serviço da Comissão Organizadora Pró-50º Aniversário da CRP e estamos denodadamente empenhados em fazer do próximo dia 2 de abril um dia à altura daquilo que celebramos e assim darmos um contributo significativo para esconjurar as pretensões de revisão constitucional que configuram um efetivo golpe constitucional. Aqui fica o registo do essencial dos motivos que levaram em 21 de janeiro à constituição da referida Comissão Organizadora e à redação do Apelo que a mesma divulgou: *Percecionando o pouco ou nenhum relevo que é dado à data de promulgação da Constituição da República Portuguesa e ao contexto e protagonista desse momento da nossa história contemporânea recente, um grupo de cidadãos decidiram constituir-se em Comissão Organizadora de uma iniciativa a realizar em Lisboa no dia 2 de abril de 2026 para assinalar os 50 anos da promulgação da Constituição da República Portuguesa e o papel decisivo que o General Costa Gomes teve no ato e na forma de que o mesmo se revestiu. Trata-se de uma iniciativa de*

cidadãos à qual, em devido tempo, se poderão juntar Organizações, Associações e Movimentos e cidadãos.

Como o Apelo em circulação refere identificamos um crescente ambiente de hostilização aos valores da Revolução de Abril plasmados na Constituição da República Portuguesa.(...) É uma situação que integra o movimento de apagamento da memória da resistência ao fascismo e de revisionismo histórico do que se passou, em particular entre 25 de Abril de 1974 e 2 de Abril de 1976, movimento com que não pactuamos.

Como cidadãos de Abril honramos o legado dos que nos precederam na luta de resistência ao fascismo e dos que construíram Abril, e não desistimos de defender esse legado e projetá-lo no Portugal do futuro convocando todos a que se juntem a nós no próximo dia 2 de abril para assinalar os 50 anos da promulgação da Constituição da República Portuguesa, bem como o papel decisivo que o General Costa Gomes teve no ato e na forma de que o mesmo se revestiu.

É um Apelo que pode ser subscrito até 23 de março enviando um email para a caixa de correio 50anosCRP.25ABRIL-SEMPRE@gmail.com. Ao subscrever o Apelo receberão na vossa caixa de correio toda a informação sobre o programa para 2 de abril.

Apelamos que tragam *mais cinco* e se juntem a nós em dois momentos que constituem a iniciativa de 2 de abril próximo, uma sessão em espaço fechado seguida de uma concentração em frente à Assembleia da República. Os detalhes do Programa serão tornados públicos até 26 de março. A iniciativa de 2 de abril é também um momento que contribuirá para a grande mobilização a levar a cabo com a finalidade de fazer das comemorações do 25 de abril, em particular do desfile na Avenida da Liberdade, um momento de afirmação dos valores de Abril no Portugal de hoje e de amanhã.

Dou-vos conta de outro acontecimento que é imperativo partilhar convosco. No dia 19 de dezembro recebemos na nossa sede o que nos coube como



parte do espólio do nosso patrono. Trata-se de material memorável que teremos que catalogar e registar na perspetiva de facilitar o acesso universal ao seu conteúdo. É uma tarefa exigentíssima.

O projeto do monumento ao nosso patrono terá certamente um novo impulso decorrente da deslocação a Borba programada para março e onde nos reuniremos com a autarquia local.

A 31 de dezembro a subscrição pública de apoio à construção do monumento ao Gen Vasco Gonçalves contabilizava 92 doadores de valores monetários e o seu saldo era de 12.443,28€.

Ainda temos nove miniaturas do monumento disponíveis para venda e os donativos são bem vindos para o IBAN PT50 0035 2178 0002 9245 6304 6.

Para concluir deixo-vos com a edição do resumo produzido pela ferramenta de inteligência artificial a que recorro, sobre o discurso que o General Costa Gomes proferiu no plenário da Assembleia Constituinte aquando da promulgação da Constituição a 2 de abril de 1976, discurso publicado no jornal "O Século" de 3 de abril de 1976 (as transcrições do discurso vão em *itálico*).

Com a aprovação do texto final da Constituição Política, esta Assembleia encerrou os seus trabalhos e, nos termos do Artigo 3º. Da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio, dissolver-se-á automaticamente.

A Constituição de 1976 representa a primeira vez que o povo português, através de seus representantes, participou na criação de uma lei fundamental.

Vem dos primórdios do Direito Constitucional a proclamação de que o «poder constituinte» pertence ao Povo e só a este. No entanto, ainda não há muito tempo, praticava-se entre nós a regra inversa. Antes de 25 de abril de 1974, as constituições serviram apenas para legitimar interesses distantes da realidade do povo.

A Assembleia Constituinte enfrentou instabilidade política, mas conseguiu elaborar um texto que reflete os anseios de um futuro melhor.

A realização deste acto (referia-se à aprovação da Constituição), por si só, condenou já todos os que, prosseguindo insondáveis desígnios, dificultaram a actividade desta Assembleia e contestaram a sua representatividade, chegando mesmo a negar a sua própria necessidade.

A nova Constituição consagra a promoção da independência nacional, a democratização da vida pública e a adequação da riqueza ao bem-estar social. O respeito à Constituição é um dever de todos os cidadãos e partidos políticos, com as Forças Armadas comprometidas em defendê-la.

Para concluir assim... Eis-nos, pois, no momento decisivo de uma nova fase da caminhada em direcção à democracia e ao socialismo, na qual a Constituição que tenho a honra de promulgar é instrumento básico para a construção, em liberdade e em paz, da sociedade que ambicionamos para todos nós em Portugal.

Um até breve temperado de Saudações de Abril.

SOBRE O GENERAL FRANCISCO COSTA GOMES

(EXCERTO DE UM DOCUMENTO A PUBLICAR PELA ACR)

Comandante Silveira Pinheiro

Durante dezenas de anos tenho resistido a falar ou escrever acerca do conturbado período que a sociedade civil portuguesa conheceu entre 25 de Abril de 1974 e o mesmo dia de 1976; tempos caracterizados pela extrema complexidade e multiplicidade de problemas postos a quem primariamente estava atribuída a condução dos destinos da Nação.

Tenho resistido porque durante todo esse tempo ajudei o então General Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e não arrisquei revelar o que ele entendeu guardar.

Em Outubro de 1972 conheci o General Francisco Costa Gomes durante encontro no seu gabinete do Secretariado-Geral da Defesa Nacional na Cova da Moura. Depois de afirmar que me incluiria na lista de candidatos que proporia à Marinha, apontou para a sua mesa de trabalho e disse: "se for escolhido para trabalhar comigo, poderá ler tudo o que estiver ali mas não mexa". Nunca tinha visto uma secretária com tantos papeis, aparentemente tão misturados. O tempo me revelou que o General lia depressa e tinha formidável capacidade de despacho. Escolhia as manhãs, sem telefonemas ou reuniões e de-

pois de almoço adjuntos e ajudante verificavam que a desordem na sua mesa de trabalho era a mesma mas os documentos eram outros.

Em 1973, com o à vontade e a camaradagem que o "patrão" (assim era tratado entre os membros do gabinete) oferecia e observava informei-o acerca de visitas que o 2/o tenente Miguel Judas tinha tido na sua residência e a horas muito inconvenientes por agentes da DGS. O General deu salto na cadeira e visivelmente perturbado aproximou-se de uma janela onde se manteve em silêncio que interrompeu perguntando secamente "tem a certeza?"; a qual para mim era absoluta. Sem mais demora, pegou no telefone de Estado e deu tal rabecada ao major Silva Pais que este seguramente não gostou e talvez tenha servido para alguma emenda.

A sua preferência para simplificar, levou-me a mencionar o esforço que Costa Gomes fez até ao ultimo minuto para convencer Spínola a não resignar como aliás ambos haviam concordado depois do CEMGFA ter sobrevoado todas as barricadas de 28 de Setembro e garantido que o país não estava a arder como excitadamente o chefe do serviço de informação militar apregoava. A decisão de Spínola cansou e desiludiu o CEMGFA e complicou a situação. O discurso da sua posse como Presidente da República eviden-

cia claramente o que ele sentiu quando se aprofundaram clivagens nas Forças Armadas e foi dificultada solução para crescentes problemas dos militares perante os movimentos de libertação em África. Por isso decidiu acumular cargos e isso contou com a proximidade e apoio do Primeiro-ministro Vasco Gonçalves, o qual, contrariando influências partidárias, manteve a irrelevância do ministro da Defesa Nacional. Assim, Costa Gomes se posicionou de forma a preservar valores nacionais, observando as tendências das ruas e praças do país e respeitar as promessas do Movimento das Forças Armadas, permitindo a aplaudida apresentação do novo Portugal à Assembleia Geral da ONU, necessários esclarecimentos a Ford e Kissinger e confortar o Comandante Supremo Aliado do Atlântico numa visita que foi além de cortesia entre amigos no quartel-general de Norfolk.

Como o meu tempo aqui voa também em fins de 1974, acontecimentos transformadores se sucediam com velocidade impressionante. Unidade versus unicidade sindical, acordos de Alvor, tentativas de institucionalização do MFA nas assembleias de representantes onde os elementos mais progressistas nem sempre estavam preparados para aceitar conselho de moderação que Costa Gomes não perdia oportunidade para partilhar.

E assim chegamos a Março. Uns dias antes do dia 11, no intervalo de uma das assembleias no Instituto de Defesa Nacional, o capitão paraquedista António Ramos pediu para eu entregar um envelope fechado ao meu patrão. Nele reconheci a caligrafia de Spínola; estranhei que ele o tivesse fechado mas entreguei-o como

recebi. O General abriu, leu e guardou. Tal documento que nunca mais vi terá feito parte do espólio que o Senhor Coronel em tempo custodiou e entregou? O seu conteúdo certamente influenciou o então Presidente da República quando enfrentou efeitos da revolução que todos os portugueses experimentaram e que poderia ter acabado mal, muito mal mesmo, se em S. Julião da Barra morasse outro General CEMGFA.

Acerca do 11 de Março e do Verão quente de 1975, tanto já foi escrito que só me obrigo a partilhar o seguinte: as dores e sangue do confronto armado foram dramaticamente ultrapassados pela eferescência sócio-política e pelo entusiasmo e alegria que a esmagadora maioria dos portugueses sentiu ao votar livremente. Em Belém, absorvido pela realidade revolucionária e comprometido na preparação da primeira visita de Estado a França, Costa Gomes dizia a quem estava próximo "o pior está para vir" e mostrava-se muito preocupado porque a maioria dos camaradas de armas não se apercebia da enormidade dos problemas que iriam surgir. A História deu-lhe razão e mais uma vez emergiu a abrangência da sua visão da política.

A enormidade dos problemas é sobretudo evidenciada pelos conflitos entre militares que não deram prioridade ao cumprimento do programa do Movimento das Forças Armadas. É meu dever lembrar aqui o marcado respeito que Costa Gomes tinha por Vasco Gonçalves. Presenciei o desassossego do General durante horas de alta noite no terreiro do forte de S. Julião da Barra procurando alternativas para preservar o Coronel do Exército

que o tinha integrado a tempo e horas e de forma segura nos bastidores das operações militares controlados pelo posto de comando do MFA na Pontinha. Reforço meu testemunho dizendo-vos que nem os avisos e reprimendas que recebeu de poderosos Chefes de Estado e de Governo durante o dia em que foram assinados os Acordos de Helsínquia, diminuíram sua determinação para manifestar seu apoio a Vasco Gonçalves dando posse aos ministros e secretários de Estado do V Governo Provisório.

O curso dos acontecimentos muito influenciados por interesses além fronteiras não premiou a lealdade e determinação de Costa Gomes e a situação agravou-se tanto que só a firmeza com que ele manteve o comando superior das Forças Armadas impediu o pior. Quando Otelo o desafiava logo o desarmava perguntando porque não se sentava na cadeira do Presidente, e quando os políticos manobram massas em numero assustador e prestes a cair no logro de entrar o portão fechado de Belém, Costa Gomes não esperou apoio de todos, deixou uma reunião do Conselho da Revolução em S. Julião da Barra e entrando por traseiras apareceu no balcão do palácio onde de improviso proferiu discurso desmobilizador das massas e contribuiu para evitar graves confrontos senão mesmo a guerra civil. Naquele dia 20 de Novembro de 1975, ele conseguiu com palavras desmobilizar massas revolucionárias; mas o outro lado não desmobilizou. Se não fosse o prestígio que mantinha junto dos comandantes das principais unidades do Exército; as suas decisões para suster entusiasmo de al-

guns políticos e militares; o aproveitamento da lealdade da Marinha com forças desembarcadas; e o apoio que deu a Melo Antunes para moderar calores de apoiantes dos Nove, talvez hoje não estivéssemos aqui com a liberdade de expressão que ainda temos.

Para terminar, desejo reforçar chamamento para aqui trazer o Presidente da República preferido pelos capitães de Abril, recordando a nobreza e galhardia com que enfrentou acontecimentos durante meses, até promulgar a Constituição de 1976 e participar nas eleições legislativas e presidenciais; e aguentou abandono de camaradas de armas e companheiros da revolução; abandono que provocou travessia do deserto à qual eu proximamente assisti e lhe abriu portas que ele entrou com menor gosto e sem a determinação do comandante militar demitido por um ditador e reempossado pelos capitães do MFA.

Porque o assisti, refiro a forma como foi feita a transferência de poderes entre presidentes, forma que em nada abona quem guarnecia os gabinetes de Ramalho Eanes e o ajudava no desempenho das funções do mais alto magistrado da Nação. Ainda deixaram Costa Gomes apanhar Sol na piscina de S. Julião; mas, quando necessitava de transporte serviram-lhe um ferugento Fiat 128 da extinta DGS.

Quando o embarço me passou e consegui abordar o assunto com o meu amigo Francisco da Costa Gomes ele respondeu "Snr. Cte. deixe essas coisas com quem elas ficam. A propósito de transportes, quando vamos jantar ao Clube Militar Naval?".

Assim foi, à minha vista, o Marechal Francisco da Costa Gomes.



A LONGA MARCHA:

A COLÓNIA CULTURAL, O IMPÉRIO E O PROBLEMA DA SOBERANIA

Luís M. Loureiro¹

A história dos impérios foi sempre, além da história do controlo militar e do domínio económico, a história da colonização cultural: aspectos como a língua e a religião estiveram, durante milénios, na vanguarda da conquista imperial. Alcançar o fim último dos impérios, a ocupação e o saque de riquezas e recursos longín-

quos, exigiu, sempre, a força combinada das armas e do controlo das mentes, sendo, esta, mais resistente no tempo: a instalação da colónia cultural implica a invasão e intersticialização da cultura nas relações sociais, tomando a corrente sanguínea dos próprios colonizados. A energia de que se alimenta é obtida, antes de mais, de fontes locais, naturalizadas. Não é mais do que a sua naturalização na cultura que faz com que um império possa durar muito para além da sua duração histórico-política.

¹ Investigador e professor de Jornalismo e Comunicação, na Universidade do Minho. Foi jornalista da RTP durante 24 anos.

Impérios como o português e o espanhol, o francês ou o britânico mantêm, ainda hoje, um ascendente cultural sobre povos que, no passado, subjugaram – que se exprime, desde logo, na língua. Este ascendente tem servido para prolongar o controlo sobre recursos e riquezas, diminuída que está, hoje, a ocupação pela força militar – reduzida, por vezes, a algumas bases, ou nem isso. Os acontecimentos recentes em três países do Sahel, o Mali, o Níger e o Burkina Faso, varridos por revoluções que acabaram com regimes alinhados localmente com a antiga potência colonial, França, apoiam esta tese. Uma das linhas fundamentais dessas revoluções passou, precisamente, pela noção de libertação desses países do domínio económico francês, e da quebra de laços mantidos muito para além da relação propriamente imperial, na exploração dos seus recursos.

Os impérios modernos, entretanto, diversificaram os instrumentos culturais de colonização, acrescentando-lhes todas as novas tecnologias da comunicação, resultantes das revoluções industrial e informacional dos séculos XIX e XX: o livro, a imprensa, a fotografia, o cinema, a rádio e a televisão. Potenciados pela digitalização das redes, acelerada nas décadas finais do século XX e definitivamente instalada na experiência quotidiana, neste primeiro quarto do século XXI, os meios de transmissão informacional tornaram, basicamente, possível, a concretização da ideia de império a qualquer distância. Hoje, falamos de um império insidioso e in-

tersticial. De um império muito mais capaz de se ocultar do que qualquer um dos grandes impérios do passado. Um império que já não precisa de estar, para permanecer.

O império contemporâneo prolonga os tentáculos culturais dos impérios modernos, porque atinge regiões da mente, e não apenas os territórios globais, geográficos, para onde Portugal, Espanha, Países Baixos, França ou Inglaterra se conseguiram estender, do século XV ao século XIX. Onde estes impérios semearam culturalmente a ideia de ocidente, o império contemporâneo desfaz-lhe fronteiras e limites, tornando-se efectivamente ocidental em qualquer parte, a começar nas ideias: inunda as mentes de ideologia travestida de imaginário. Inunda-as de espectáculo e narrativa, fornecendo-lhes a alienação como alimento.

Entendo, na esteira de Gramsci e dos autores que nele se inspiraram, e desenvolveram o seu pensamento, através dos *cultural studies*, como Stuart Hall ou Raymond Williams, que a potência colonial do império cultural contemporâneo será muito mais difícil de suplantar do que, à primeira vista, parece. Porque não está indexada à mera e circunscrita decadência militar e económica. A colónia cultural perdura e resiste à decadência. Isso transforma a luta pela soberania cultural dos povos na mais decisiva e penosa batalha das próximas décadas: a *longa marcha* da descolonização cultural. Até que possamos, enfim, declarar, que entrámos na era da multipolaridade.

DA FALTA DE MÉDICOS AOS PARTOS NA AMBULÂNCIA

A destruição do Serviço Nacional de Saúde (SNS) não é um erro, nem um acaso, nem uma fatalidade. É o resultado de uma escolha política consciente, feita por sucessivos governos e hoje aprofundada pelo governo de Montenegro. Um SNS enfraquecido serve interesses económicos claros: enquanto o serviço público perde médicos, encerra serviços e falha à população, o setor privado cresce, expande-se e lucra. Mais de 1.500 milhões de euros de investimento privado na saúde avançam com o aval do governo, ao mesmo tempo que o SNS é deixado à deriva, sem profissionais, sem planeamento e sem respostas.

Joana Bordalo e Sá¹

Hoje, mais de 1,5 milhões de utentes não têm médico de família. Não porque faltem médicos no país, mas porque o Estado escolheu não os fixar no SNS, não valorizar a carreira médica, não garantir condições de trabalho dignas. Os Serviços de Urgência encerram ou funcionam com limitações, urgências regionais são concentradas porque não há médicos suficientes, e popu-

lações inteiras ficam sem cuidados de saúde de proximidade, mais vulneráveis, mais desprotegidas. Esta realidade não é inevitável: é o produto direto de opções políticas que destroem o SNS para abrir caminho ao negócio da doença.

A consequência mais violenta destas escolhas vê-se nos partos realizados em ambulâncias e na via pública. Durante meses, o governo tentou negar, minimizar ou relativizar estes acontecimentos, manipulando números e alterando critérios para esconder a gravidade da situação.

¹ Presidente do Sindicato dos Médicos do Norte (SMN) | Vice-Presidente da Federação Nacional dos Médicos (FNAM)



Hoje está claro aquilo que sempre afirmamos: os números são reais e traduzem o colapso da resposta pública na saúde materna. Cada maternidade encerrada, cada escala incompleta, cada médico que abandona o SNS, empurra mulheres grávidas para situações de risco inaceitável num país que se diz desenvolvido.

Os partos nas ambulâncias não são exceções, nem acidentes. São o resultado lógico de um SNS fragilizado, de urgências encerradas, de regiões sem médicos e de um governo que escolhe proteger o privado em vez de proteger vidas. São mulheres a dar à luz na estrada porque o Estado falhou. São bebés que nascem sem as condições mínimas de segurança porque a saúde deixou de ser uma prioridade política.

Perante este cenário, não basta denunciar – é urgente agir. A recuperação do

SNS exige soluções imediatas e estruturais: salários base justos, capazes de fixar médicos no serviço público; condições de trabalho dignas, que travem o desgaste e a saída dos profissionais; a reintegração do internato médico na carreira, reconhecendo o seu papel central no funcionamento do SNS; a revisão da jornada semanal de trabalho, a reposição dos dias de férias perdidos e medidas efetivas de proteção da parentalidade, que respeitem a vida pessoal e familiar. É igualmente indispensável a criação de um regime de dedicação exclusiva, opcional e devidamente majorado, que valorize quem escolhe servir o SNS. Sem estas medidas, continuaremos a perder médicos, a encerrar serviços e a colocar vidas em risco. Defender o SNS é escolher a dignidade, a justiça social e o direito à saúde para todos – e essa escolha tem de ser feita agora.